Turma EJE TRE MT

**ARRECAÇÃO
GASTOS E
PRESTAÇÃO DE
CONTAS
ELEITORAIS 2022**

Prof^a Rita Gonçalves

LEGISLAÇÃO ABORDADA

- Constituição Federal do Brasil
- Emenda Constitucional 111/21
- Lei 9096/95 (Lei dos Partidos Políticos)
- Lei 9504/97 (Lei das Eleições - do art 16-C ao 32)
- Lei 14.208/21 (federações)
- Res. TSE 23.604/19 (finanças partidárias)
- **Res. TSE 23.605/19 (gestão e distribuição do FEFC – alterada pela 23.664/21)**
- **Res. TSE 23.607/19 (arrecadação, gastos e prestação de contas de candidatos e partidos - alterada pela Resolução 23.665/21)**
- **Res TSE 23.610/19 (propaganda eleitoral - alterada pela 23.671/21)**
- Res TSE 23.640/21 (apuração de crimes eleitorais)
- Res TSE 23.646/21 (formulário para regularizar contas julgadas não prestadas)
- Res TSE 23.662/21 (criação, organização, fusão, incorporação, extinção de partidos- alterou a 23.571/19)
- Res TSE 23.670/21 (federações)
- Res. TSE 23.674/21 (calendário eleitoral)
- Res TSE 23.675/21 (registro de candidatura - alterou a 23.609/21)
- Res. TSE 23.703/22 (anistia 5% EC 117/22) Res. 23704/22 (limites de gastos)

- **Lei 4737/65 - Código Eleitoral (e o novo Código Eleitoral)**
- **Lei Complementar 64/90 - Lei Complementar 135/10 inelegibilidade**
- **Portaria Conjunta TSE/SRF 74/2006: intercâmbio de informações Receita e TSE**
- **Instruções Normativas - Receita Federal**
- **Lei 9613/98 - lavagem de dinheiro, ilícitos sistema financeiro, cria COAF**
- **Circular 3978/20 - prevenção lavagem de dinheiro**
- **Resolução BACEN 4753/19-Comunicado BACEN 35.979/20 - (acompanhar o de 22)**
- **Decreto-Lei 9295/46 e Resolução CFC 1530/17**
- **Portaria 647/22 – limites de gastos**
- **Jurisprudência TSE**

Importante ter atenção às alterações na legislação!!

Consulte sempre o site do TSE www.tse.jus.br

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS

- ✓ é dever de **todos** os candidatos e **todas** as esferas partidárias;
- ✓ é um processo de **delicadas etapas** que exigem conhecimento, organização, planejamento e muita atenção;
- ✓ são os detalhes que fazem **a diferença** entre a aprovação, a desaprovação e a cassação;
- ✓ os dados são examinados sob **rígido** controle dos órgãos fiscalizadores;
- ✓ a fim de garantir **a transparência** e fiscalização da efetiva **regularidade** dos financiadores das campanhas e da aplicação de recursos, especialmente os de origem pública.

PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES

ARRECADAÇÃO E GASTOS:

- ✓ registro da candidatura *
- ✓ CNPJ de campanha (será cancelado pela Receita em 31/12/22)
- ✓ conta bancária específica para a campanha
- ✓ emissão de recibos eleitorais (instalação SPCE)

***os bens e disponibilidades (após 31/12/21 também!)**

CONTAS BANCÁRIAS

QUAL A IMPORTÂNCIA?

QUANTAS CONTAS DEVEM SER ABERTAS?

Pelos candidatos:

- **Doações para Campanha => obrigatória**
(até 10 dias após CNPJ - é a única que tem prazo)
- **Fundo Partidário => se for receber esse tipo de recurso**
- **Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)**
=> se for receber esse tipo de recurso

CONTAS DO PARTIDO POLÍTICO

- Outros Recursos => importante abrir! recepcionar as sobras
- Doações para Campanha => obrigatória para todas as direções
- Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)
=> se for receber esse tipo de recurso
- Fundo Partidário => se for receber esse tipo de recurso
- Fundo Partidário-Mulher (conta batom)
=> se receber Fundo Partidário
- Fundação - direções nacionais
- As contas do Fundo Partidário e Fundo Partidário-Mulher (conta batom) são obrigatórias para as direções nacionais.

CONTAS BANCÁRIAS

- Essas contas serão encerradas pelos bancos em **31/12 do ano da eleição**, caso essa providência não tenha sido tomada.

- As sobras serão **transferidas** aos partidos e informadas à Justiça Eleitoral, **exceto FEFC, cujas sobras vão para o Tesouro Nacional.**

Atenção: as contas bancárias do partido relativas ao Fundo Partidário, a Doações de Campanha e a Outros Recursos são contas permanentes, **não serão encerradas.**

Apenas a conta bancária do FEFC do partido é encerrada.

ATENÇÃO!

O uso de recursos financeiros para **pagar gastos** eleitorais que **não** provenham da conta bancária específica de campanha:

- implica a **desaprovação das contas,**
- envio dos autos ao **Ministério Público Eleitoral,**
- para a propositura da **ação cabível,**

Se for comprovado **abuso** do poder econômico:

- **será cancelado** o registro da candidatura,
- **ou cassado o diploma,** se já houver sido outorgado.

30/07/2014 Doc = 73001

RECIBO ELEITORAL - VIA DOADOR		ELEIÇÕES 2014		
Unidade Eleitoral MINAS GERAIS - MG				
Partido Político 13 - PT - Partido dos Trabalhadores		Numeração 13789.07.00000.MG.000003		
Dados bancários do Doador				
Nº Banco	Nº Agência	Nº Conta Corrente	Nº Cheque	Nº DOC/TED/Operação 0
Estimável em dinheiro - descrição resumida dos bens/serviços recebidos em doação				
Outra forma de arrecadação - descrição do tipo Transferência eletrônica				
Valor em R\$ 50.000,00	Valor por extenso Cinquenta mil reais
Doação efetuada por: ELEIÇÃO 2014 DILMA VANA ROUSSEFF PRESIDENTE		CPF/CNPJ 20.570.274/0001-23		
Endereço do doador				
Assinatura do doador		Telefone do doador (com DDD)		
Nome do doador originário (Se o doador for partido, comitê ou candidato)		CPF/CNPJ do doador originário		
Nome do responsável pela emissão do recibo		CPF do responsável pela emissão do recibo		
Assinatura do responsável pela emissão do recibo		Data da emissão do recibo 30/07/2014		
Emissão válida até 04/11/2014 para o 1º turno e, no caso de 2º turno, até o dia 25/11/2014. Colabore com a Justiça Eleitoral, informe sua doação de campanha no endereço: http://www.tse.jus.br				
RECIBO ELEITORAL - VIA CANDIDATO(A)		ELEIÇÕES 2014		
Unidade Eleitoral MINAS GERAIS - MG - <i>Deputado Estadual - 13789</i>				
Partido Político 13 - PT - Partido dos Trabalhadores		Numeração 13789.07.00000.MG.000003		
CNPJ 20577966000101	Número e Nome do candidato/comitê financeiro/Partido (nível de direção) PAULO JOSE CARLOS GUEDES			
Dados bancários do Doador				
Nº Banco	Nº Agência	Nº Conta Corrente	Nº Cheque	Nº DOC/TED/Operação 0
Estimável em dinheiro - descrição resumida dos bens/serviços recebidos em doação				
Outra forma de arrecadação - descrição do tipo Transferência eletrônica				
Valor em R\$ 50.000,00	Valor por extenso Cinquenta mil reais
Doação efetuada por: ELEIÇÃO 2014 DILMA VANA ROUSSEFF PRESIDENTE		CPF/CNPJ 20.570.274/0001-23		
Endereço do doador				
Assinatura do doador		Telefone do doador (com DDD)		
Nome do doador originário (Se o doador for partido, comitê ou candidato)		CPF/CNPJ do doador originário		
Nome do responsável pela emissão do recibo		CPF do responsável pela emissão do recibo		
Assinatura do responsável pela emissão do recibo		Data da emissão do recibo 30/07/2014		
Emissão válida até 04/11/2014 para o 1º turno e, no caso de 2º turno, até o dia 25/11/2014.				

RECIBOS ELEITORAIS

RECIBOS ELEITORAIS

São documentos oficiais que devem ser emitidos em **ordem cronológica, no ato da arrecadação.**

- ✓ Candidato: emite recibos eleitorais pelo **SPCE**
- ✓ Partido: emite recibo de doação pelo **SPCA**
(mesmo durante a campanha)

-
- Recursos financeiros não são exigidos recibos eleitorais.
A comprovação se dará pela **identificação** dos CPF/CNPJs* dos doadores no extrato bancário.

Porém =>

RECIBOS ELEITORAIS

=> São exigidos para:

- doações entre partidos e candidatos e entre candidatos
- doações arrecadadas pela internet
- estimáveis (empréstimos/cessões), mesmo que seja do próprio candidato, porém, **há exceções**

=> =>

É FACULTADA A EMISSÃO DE RECIBOS ELEITORAIS PARA:

- cessão temporária de bens móveis:
 - até **R\$ 4.000,00** por cedente
- **cessão de automóvel** de propriedade do candidato, do cônjuge e de seus parentes até o 3º grau, para seu uso pessoal durante a campanha.
- doações estimáveis entre candidatos e partidos, nos casos de:
 - uso comum de sedes
 - material de propaganda conjunto

ARRECAÇÃO DE RECURSOS

FONTES DE ARRECADAÇÃO

- ✓ recursos **próprios** do candidato
- ✓ doações de **partidos políticos**
- ✓ doações de **outros** candidatos
- ✓ receita da venda de **bens**
- ✓ receita da promoção de **eventos**
- ✓ rendimentos de **aplicação** financeira
- ✓ doações financeiras de **pessoas físicas**
- ✓ doações estimáveis de **pessoas físicas**

Exemplos: **DOAÇÕES ESTIMÁVEIS**

Bens: empréstimo de salas, veículos, equipamentos etc

Serviços: serviços de informática, motorista etc

IMPORTANTE!

Os bens estimáveis fornecidos pelo próprio **candidato** deverão integrar o seu patrimônio em período anterior ao pedido de registro da candidatura.

SERVIÇOS E BENS DOADOS POR PESSOA FÍSICA

- serviços estimáveis doados por pessoas físicas devem constituir produto de seu **próprio serviço** ou de sua **atividade econômica**.
- bens permanentes deverão integrar o patrimônio do doador.

TUDO DEVIDAMENTE DOCUMENTADO!!

DOAÇÕES DO PARTIDO

- ✓ As doações recebidas do partido deverão ser **sempre** contabilizadas com identificação do **doador originário**.
(exceto Fundo Partidário e FEFC)
- ✓ Se for constatado que o recurso é de fonte **vedada**, todos os beneficiários serão responsabilizados **solidariamente**.

FORMAS DE ARRECADAÇÃO

As doações feitas por **pessoas físicas** deverão ser por meio de:

- ✓ transações bancárias c/ identificação doador
- ✓ instituições que promovam serviços de **financiamento coletivo** (sites, aplicativos etc)
- ✓ doação ou cessão temporária de **bens e/ou serviços** estimáveis em dinheiro:
 - com demonstração da **propriedade** do bem
 - ou que é o **responsável direto** pela prestação do serviço

DOAÇÕES FINANCEIRAS - \$\$\$

ATENÇÃO!!! Doações financeiras iguais ou superiores a R\$ 1.064,10 - mesmo que sejam recursos próprios do candidato, tem de ser mediante **transferência eletrônica** entre contas bancárias do doador e candidato, **ou cheque cruzado e nominal**

Obs! O disposto também se aplica a hipóteses de:

- doações **sucessivas**
- realizadas por um **mesmo doador**
- em um **mesmo dia***

DOAÇÕES FINANCEIRAS - \$\$\$

CUIDADO!!

Doação recebida em desacordo com essa norma:

- **não pode ser utilizada**
- **deve ser restituída ao doador**
- **ou recolhida ao Tesouro Nacional, se for doador desconhecido ou se tiver sido utilizada (nesse caso, mesmo sendo conhecido o doador!)**
- **o impacto será apurado e decidido no julgamento**

RELATÓRIO FINANCEIRO DAS 72 HORAS

Candidatos e partidos são obrigados a informar as doações financeiras em até 72 horas a partir da data do crédito na conta bancária!

Mesmo que seja Fundo Partidário, FEFC, financiamento coletivo, recursos próprios, todas as doações financeiras, seja de que origem for.

LIMITES E VEDAÇÕES PARA AS DOAÇÕES

LIMITES DE DOAÇÕES PARA AS CAMPANHAS

⇒ Pessoas Jurídicas: vedadas

⇒ Pessoas Físicas:

- até 10% dos rendimentos brutos recebidos no ano anterior à eleição para doações financeiras.

(no caso de **produtor rural** inclui-se nessa base a receita bruta, não subtrai os custos e despesas)

- até R\$ 40.000,00 - cessão gratuita de **bens móveis ou imóveis** de propriedade do doador, apurados conforme o valor de mercado e **prestação de serviços próprios**.

DOADOR ISENTO

⇒ Pessoas Físicas:

O doador **isento** de apresentar Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda:

limite de doação = **10 % do limite anual de isenção**

(10% de R\$ 28.559,70 = R\$ 2.855,97)

DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA RETIFICADORA

Declaração anual **retificadora** apresentada à Receita Federal será considerada na aferição do limite de doação do contribuinte, se apresentada até o **ajuizamento** da ação.

LIMITES DE DOAÇÕES PARA AS CAMPANHAS

- ⇒ Recursos Próprios do Candidato*: 10% do limite de gastos estabelecido para o cargo ao qual concorre
- ⇒ Cargos majoritários: TITULAR + VICE = total 10%
- ⇒ Os 10% englobam financeiros e estimáveis (cessão de bens)

CONSULTA (11551) - 0600257-40.2018.6.00.0000

“o candidato pode usar, durante a campanha eleitoral, bem de sua propriedade, que integra pessoa jurídica patrimonial da qual é sócio, já que este, em verdade, compõe seu patrimônio pessoal?”

Resposta foi afirmativa => para bens que sejam tão somente administrados pela pessoa jurídica (sociedade patrimonial – holding patrimonial)

**E
SE
O
LIMITE
DE
DOAÇÃO
FOR
ULTRAPASSADO?**

Limite de doação ultrapassado:

- doador pagará multa de até 100% da quantia excedida
- inelegibilidade para o doador por 8 anos
- candidato pode responder por abuso do poder econômico
- Ministério Público Eleitoral pode representar até 31/12/23
- segue o rito do art 22 da Lei Complementar 64/90
- a multa pode ser parcelada em até 60 vezes

FONTES VEDADAS DOAÇÕES PROIBIDAS

FONTES VEDADAS

É proibido a partidos e a candidatos, receberem:

- direta ou indiretamente,
- em dinheiro ou doação estimável,
- inclusive de publicidade de qualquer espécie,
- procedente de: =>

FONTES VEDADAS

- ✓ pessoa jurídica
- ✓ procedência estrangeira
- ✓ permissionário de serviço público
(exceto para a **própria** campanha)
- ✓ repasse de FEFC por candidato/partido
que não seja coligado*
- ✓ criptomoedas (bitcoin, ethereum)
- * se estiverem na mesma federação é permitido o repasse

Tão logo se perceba o recebimento de doações de **fontes vedadas**, o valor deve ser **devolvido** ao doador, sendo proibida a utilização, ainda que **parcial**.

Obs: Na impossibilidade de identificar o doador, transfere para o Tesouro Nacional (GRU)

A **utilização** de recursos recebidos de fontes **vedadas**, mesmo que parte deles, constitui **irregularidade grave** e causa a **desaprovação** das contas, ainda que o valor seja restituído.

EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

Atenção!

Candidatos e partidos só podem utilizar recursos obtidos mediante empréstimos pessoais, que tenham sido contratados em **instituições financeiras ou equiparadas, autorizadas pelo BACEN.**

Empréstimos contraídos pela pessoa física do candidato, **em instituições financeiras**, para utilização na campanha, como recursos próprios:

- devem estar caucionados por **bem que integre seu patrimônio** no momento do registro de candidatura,
- não podem ultrapassar sua capacidade **comprovada** de pagamento,
- decorrente de sua **atividade econômica**,
- **não podem** ser quitados com recursos da campanha.

EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS

Importante!

Deverá ser apresentada à Justiça Eleitoral **até a entrega da prestação de contas final:**

- documentação idônea da contratação
- **quitação integral** do que foi aplicado na campanha*
- identificando a **origem** dos recursos
- sob pena dos recursos serem considerados **RONI**

*somente para candidatos; os partidos não estão obrigados a essa quitação até a data da entrega das contas eleitorais.

DOAÇÕES PELA INTERNET

- permitidas para **candidatos e partidos**
- por meio de cartão de **crédito / débito**
- **contratar** instituição financeira ou credenciadora de cartões
- só o **titular** do cartão pode doar, identificado com CPF
- efetivar o **crédito** na conta específica **até a data da eleição**
- **não** pode ser parcelado
- registra pelo valor **bruto**, e as taxas como despesa
- com emissão obrigatória do **recibo eleitoral**, dispensada apenas a assinatura do doador

FINANCIAMENTO COLETIVO - VAQUINHA ELEITORAL -

FINANCIAMENTO COLETIVO

- vaquinha virtual -

- a partir de 15 de maio para pré-candidatos
- permitido aos partidos apenas no **período eleitoral**
- instituição arrecadadora tem de se **cadastrar previamente** na Justiça Eleitoral (exigências art. 22 § 1º da Res TSE 23.607/19)
- tem que desenvolver **site e informar** à Justiça Eleitoral
- as doações acima de **R\$ 1064,10** têm de ser por transferência eletrônica ou cheque cruzado nominal

=> =>

FINANCIAMENTO COLETIVO

- as doações deverão ser lançadas pelo valor bruto
- as **taxas** cobradas são lançadas como **despesas**
- a liberação dos recursos será somente **após estar com a** conta bancária aberta e o SPCE instalado
- se não for solicitado o registro da candidatura, a entidade **devolverá** os recursos aos doadores

COMERCIALIZAÇÃO E EVENTOS DE ARRECADAÇÃO

Jantar de adesão

Profª Rita Gonçalves

Prestar

Vende-se

COMERCIALIZAÇÃO E EVENTOS DE ARRECADAÇÃO PARA CAMPANHAS

- ✓ comunicação prévia e formal à Justiça Eleitoral, com antecedência mínima de **5 dias úteis**
- ✓ esses recursos são considerados **doações**
- ✓ estão sujeitos aos **limites legais**
- ✓ o partido, ao repassar a candidato, recursos oriundos de eventos de arrecadação/comercialização, deverá **informar todos os doadores que compuseram referida quantia (identificação completa)**.

COMERCIALIZAÇÃO E EVENTOS DE ARRECADAÇÃO PARA CAMPANHAS

- poderá haver **fiscalização** da Justiça Eleitoral
- as doações/convites vendidos devem ser depositadas na conta bancária de doações para a campanha do candidato, **antes** de serem utilizadas
- toda **documentação comprobatória** mantida à disposição da Justiça Eleitoral

ARTISTAS E EVENTOS

- O STF decidiu que os showmícios continuam proibidos, porque entendem que este tipo de evento favorece candidatos, porém:

a realização de apresentações artísticas ou shows musicais em eventos de arrecadação de recursos para campanhas eleitorais estaria permitida.

“(…)

Cumpra reforçar que não foi concedida permissão às campanhas eleitorais para organizarem eventos de arrecadação nos quais um artista se apresentará como principal fator de arrecadação, uma vez que tal proposta importaria simplesmente em um showmício ocorrido sob as vestes de evento de arrecadação. O que se permitiu, frise-se, é que artistas, no exercício da própria arte e de forma desvinculada de qualquer evento de campanha – arrecadação ou propaganda - realizem eventos e doem o resultado financeiro destes para campanhas eleitorais. Essa latitude de compreensão não permite, sob qualquer hipótese, que uma campanha administre, agende, organize ou pratique atos, de propaganda ou de arrecadação, que envolvam apresentações artísticas.

O Supremo Tribunal Federal não placitou a transferência da realização de showmícios dos atos de campanha para os atos de arrecadação de recursos para campanhas, de modo que as propostas, por buscarem disciplinar gastos de campanha, não alcançam acolhimento à luz da compreensão majoritária do STF. De modo a manter coerente o texto da resolução, glosa-se os §§ 13 e 14, ambos do art. 35, da minuta apresentada, rejeitando-se, também, a proposta da Presidência deste Tribunal. (...)”

APLICAÇÃO FUNDO PARTIDÁRIO CANDIDATAS E PESSOAS NEGRAS

PERCENTUAIS OBRIGATÓRIOS DE APLICAÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO NAS CAMPANHAS

Até a data de entrega das contas parciais (13/09), a direção partidária da circunscrição do pleito deve aplicar os seguintes percentuais, tendo como base de cálculo os gastos totais contratados nas campanhas eleitorais, com recursos do Fundo Partidário:

- para as candidaturas femininas - a proporção dessas candidaturas em relação à soma das candidaturas masculinas e femininas do partido, não podendo ser inferior a 30%
- para as candidaturas de pessoas negras - deve ser aplicado a partir do percentual dessas candidaturas dentro de cada gênero => =>

COTAS RACIAIS – FUNDO PARTIDÁRIO E FEFC

MEDIDA CAUTELAR NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL - ADPF 738

“O volume de recursos destinados a candidaturas de pessoas negras deve ser calculado a partir do percentual dessas candidaturas dentro de cada gênero, e não de forma global.

Isto é, primeiramente, deve-se distribuir as candidaturas em dois grupos - homens e mulheres. Na sequência, deve-se estabelecer o percentual de candidaturas de mulheres negras em relação ao total de candidaturas femininas, bem como o percentual de candidaturas de homens negros em relação ao total de candidaturas masculinas.

Do total de recursos destinados a cada gênero é que se separará a fatia mínima de recursos a ser destinada a pessoas negras desse gênero.”

Importante! Pelo Estatuto da Igualdade Racial: negros = pretos + pardos

FUNDO ESPECIAL DE FINANCIAMENTO DE CAMPANHA FEFC

**1,7 (2018), 2,7(2020)
4,9 bilhões (2022)**

**Em 2022 somente o Partido Novo
renunciou ao FEFC.**

ATENÇÃO!!

- A aplicação de recursos do **Fundo Partidário** nas candidaturas de mulheres e de pessoas negras **é calculada e fiscalizada em cada esfera partidária.**

- A aplicação de recursos do **FEFC** nas candidaturas de mulheres e de pessoas negras **é calculada e fiscalizada em âmbito nacional.**

Ou seja, a fiscalização será realizada, apenas, no exame das contas do diretório nacional, pelo TSE.

Atenção! É importante haver robusta comprovação dessas despesas!

Os recursos do FEFC ficarão à disposição do partido político somente **após a definição dos critérios** para a sua distribuição

✓ para as candidaturas femininas o percentual do FEFC corresponderá à proporção dessas candidaturas em relação à soma das candidaturas masculinas e femininas do partido, não podendo ser inferior a **30%**

✓ para as candidaturas de **pessoas negras**, o FEFC deve ser aplicado a partir do percentual dessas candidaturas após a separação da cota de minoria.

✓ a verba deve ser aplicada pelas candidatas e pelas pessoas negras no interesse de suas campanhas, ou de outras campanhas feminina e negras, sendo **ilícito** o seu emprego **no todo ou em parte**, exclusivamente para financiar **candidaturas masculinas e de pessoas não negras**;

=> **Importante! Prazo para repasse do FEFC** = até a data final para entrega da prestação de contas parcial, 13 de setembro do ano eleitoral.

- ✓ é **vedado** o repasse **se não houver** candidatura própria, ou em coligação
- ✓ é **vedado** o repasse, dentro ou fora da circunscrição, por partidos ou candidatos, **para outra coligação ou não coligado**
- ✓ os partidos que integram a federação podem fazer os repasses entre si, **só não podem repassar para candidato de outra federação.**

Atenção!!

Aplicação irregular de recursos do FEFC ou desvio de finalidade:

- sujeitará os responsáveis às sanções do art 30-A da Lei 9504/97 (diploma negado ao candidato, ou cassado, se já houver sido outorgado) e demais cominações cabíveis,
- o valor repassado irregularmente deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, pelo órgão ou candidato que realizou o repasse tido por irregular, e
- responderão solidariamente pela devolução, o recebedor, na medida dos recursos que houver utilizado.

ATENÇÃO

É vedado utilizar o **Fundo Partidário** e/ou **FEFC** para pagar:

- encargos de inadimplência, multas, atualização monetária e juros,
- multas relativas a atos infracionais, ilícitos penais, administrativos ou eleitorais.

FEDERAÇÕES

FEDERAÇÕES

- a manutenção e o funcionamento da federação serão custeados **pelos partidos que a compõem**, cabendo ao estatuto dispor a respeito;
- a prestação de contas da federação corresponde à prestação de contas dos partidos que a integram, **em todos os níveis de direção**;
- os partidos podem realizar gastos em prol da federação, inclusive com recursos do Fundo Partidário, **desde que** não utilize recursos dos percentuais de aplicação obrigatória; e
- a regularidade desses gastos será verificada nas contas partidárias das direções **que realizarem os gastos**.

ATENÇÃO

Havendo transferência de recursos do FEFC ou do Fundo Partidário entre os partidos que integram a federação, a desaprovação das contas do partido beneficiado, decorrente de **irregularidades na aplicação destes recursos**, acarretará a desaprovação das contas do partido doador.

RECURSOS DE ORIGEM NÃO IDENTIFICADA

É aquele recurso:

O QUE É RONI?

- sem identificação do doador (problemas no CPF)
- sem identificação do doador originário, quando recebidas de outro candidato/partido.
- com CPF ou CNPJ inválido (doador: candidato ou partido)
- em desacordo com as regras dos R\$ 1064,10, quando impossibilitada a devolução ao doador
- que não provenha das contas bancárias de campanha
- que tenha sido utilizado para quitação de empréstimos, cuja origem não seja comprovada.

➤ **não** poderão ser utilizados

➤ deverão ser **recolhidos** ao Tesouro Nacional, tão logo seja constatado* (*se for depois - correção monetária) (utilizar/devolver/desaprovação)

➤ ou no prazo de até 5 dias do trânsito em julgado da decisão final, caso seja apurado no exame.

LIMITES DE GASTOS

LIMITES DE GASTOS

- Portaria 647/22 publicada em 19/07/22:

Para MATO GROSSO:

R\$ 7.115.522,46 - Governador (+ vice)

R\$ 3.557.761,23 - Governador + vice = 2º Turno

R\$ 3.811.887,03 - Senador (+ suplente)

R\$ 3.176.572,53 - Deputado Federal

R\$ 1.270.629,01 - Deputado Estadual

LIMITES DE GASTOS

Serão contabilizadas nos limites de gastos (e abatidas do limite):

- as despesas contratadas pelos candidatos

(exceto contador e advogado - não abate)

- as despesas efetuadas pelos **partidos** que puderem ser **individualizadas** (exceto contador e advogado)

- as transferências financeiras efetuadas para outros partidos ou outros candidatos

- as doações **estimáveis** recebidas(!)

LIMITES DE GASTOS

Se ultrapassar o limite de gastos:

- multa de **100%** da quantia gasta **em excesso**
- podendo responder por abuso poder econômico
- sem prejuízo de outras sanções cabíveis

EFETIVAÇÃO DOS GASTOS

ATENÇÃO!

Os gastos se efetivam na data da **contratação, independente** da realização do pagamento e devem ser registrados no SPCE no ato da contratação!

EXCEÇÃO! CONTRATAÇÕES PERMITIDAS ANTES DA CONTA ABERTA

A partir da data de sua convenção, candidatos e partidos poderão realizar **contratações** para preparação da campanha e instalação física e virtual (desenvolvimento de sites) do comitê de campanha, **desde que, cumulativamente:**

- ✓ não haja desembolso financeiro, tudo seja devidamente formalizado e os gastos só se efetivem após a conta bancária aberta.

Exemplos: pintores, letreiros, eletricitas, pedreiros, demais profissionais do ramo de construção e reforma, aquisição ou locação de computadores, material de escritório, locação do comitê de campanha etc.

**ATENÇÃO PARA DESPESAS
COM COMBUSTÍVEL!**

COMBUSTÍVEL - são gastos regulares apenas na hipótese de:

- apresentação de documento fiscal da despesa do qual conste o **CNPJ da campanha, para abastecimento de:**

- veículos em eventos de **carreata**, até o limite de 10 litros por veículo, desde que feita a indicação da quantidade de carros e de combustíveis utilizados **por evento**;

- veículos utilizados **a serviço da campanha**, decorrentes da locação ou cessão temporária, desde que constem da prestação de contas e seja apresentado relatório do qual conste o volume e o valor dos combustíveis adquiridos semanalmente para este fim;

- **geradores de energia**, decorrentes da locação ou cessão temporária devidamente comprovada na prestação de contas, com a apresentação de relatório final do qual conste o volume e valor dos combustíveis adquiridos na campanha para este fim.

IMPULSIONAMENTO

Todo impulsionamento deve conter de forma clara e legível:

- ✓ CNPJ/CPF do responsável pela contratação da despesa
- ✓ tem de constar a expressão **“Propaganda Eleitoral”**

Atenção!!

- só pode ser contratado por partidos, candidatos e seus representantes
- permitida na pré-campanha, respeitada ‘a moderação de gastos’ - com identificação do contratante.
(art 3º- B da Res 23.610/19 - vindo da 23671/21)

ATENÇÃO AOS IMPULSIONAMENTOS!!!

Os gastos com impulsionamento são aqueles efetivamente prestados!

- créditos contratados e não utilizados até o final da campanha serão consideradas **sobras de campanha**, que deverão ser transferidas de acordo com a origem do recurso.

DETALHAMENTO DOS GASTOS COM PESSOAL

EXIGÊNCIAS DOS GASTOS COM PESSOAL

Essas despesas devem ser detalhadas com:

- a **identificação integral** dos prestadores de serviço
- dos **locais** de trabalho
- das **horas** trabalhadas
- da **especificação** das atividades executadas e
- da **justificativa** do preço contratado

(dica: fotos, controle de ponto - comprovação da materialidade desses gastos)

Cuidado com as rescisões contratuais!!! (dica: contratos curtos)

LIMITES PARA GASTOS COM PESSOAL

Para candidatos (limite):

- a contratação direta ou indireta de pessoal
- para **militância e mobilização de ruas**
- deverá observar **limites estabelecidos [para os 2 turnos]**

Não se incluem nesses limites:

- militância não remunerada
- pessoal contratado para apoio administrativo, operacional
- fiscais e delegados credenciados para as eleições
- advogados dos candidatos, partidos, contadores (!)

QUANTITATIVO PARA CONTRATAÇÃO DE MILITÂNCIA DE RUA

MATO GROSSO

698 - Senador

1396 - Governador

489 - Deputado Federal

245 - Deputado Estadual

DESPESAS COM LIMITES ESPECÍFICOS

LIMITES ESPECÍFICOS DE GASTOS

Limites em relação ao “total dos gastos da campanha contratados” * :

- 10% - alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas
- 20% - aluguel* de veículos automotores =>

*veículos cedidos **não** entram nesse limite

20% - aluguel de veículos automotores

Locação de aeronaves, hidroaviões e embarcações entram nesse limite dos 20%?

Não. Esse limite é apenas para locação de veículos terrestres. (Consulta 0600450-55.2018.6.00.0000)

Esses gastos devem ser analisados levando em conta os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade!!

**DESPESAS QUE
NÃO
PODEM
SER PAGAS
COM
RECURSOS
DA CAMPANHA**

Não podem ser pagas com recursos da campanha as seguintes despesas, de natureza pessoal do candidato:

a) combustível e manutenção de veículo automotor usado pelo candidato na campanha (aqui é abastecimento de veículos terrestres)

(atenção! despesas com combustível de aeronaves, hidroaviões e embarcações, usadas pelo candidato, deverão ser declaradas e pagas com recursos da campanha.)

b) remuneração, alimentação e hospedagem do condutor desse veículo

c) alimentação e hospedagem própria

d) uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física, até o limite de três linhas

HOTEL

**MAS, A CESSÃO DO
VEÍCULO TEM QUE SER
REGISTRADA NAS CONTAS!**

FORMAS PERMITIDAS PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS

➤ cheque nominal cruzado (pendências: conciliação bancária)
(sugestão! “não à ordem”, “não-transferível”, “proibido o endosso”)

➤ transferência bancária

➤ cartão de débito

➤ boleto

➤ (chave CPF/CNPJ)

Obs: vedado pagamento
em espécie de qualquer
boleto!

Comp	Banco	Agência	C1	Número da Conta	C2	Número do Cheque	C3	R\$
999	999	9999	9	99999-9	9	999999	9	82,00

Pague por este cheque a quantia de: Oitenta e dois reais

A Beltrano Oliveira não à ordem

Banco Exemplo S/A Porto Alegre 03 de Setembro de _____
Fulano da Silva

Nome do Banco
Endereço do Banco
Comarca - UF

Fulano da Silva
CPF 999.999.999-99

Cliente desde
01/2001

❖ não pode haver pagamentos com moedas virtuais
(bitcoin, ethereum etc)

FUNDO DE CAIXA É PERMITIDO

Para o pagamento de despesas de pequeno valor - **até meio salário mínimo** - R\$ 606,00 - poderão o candidato e o partido político constituir **fundo de caixa em dinheiro**:

PEQUENAS DESPESAS

✓ meio salário mínimo - R\$ 606,00 - valor limite da despesa

Partidos e Candidatos:

saldo máximo: **2% dos gastos contratados ***

O valor não pode ser recomposto.

Obs! É vedado o fracionamento da despesa ou do documento comprobatório para adequação ao referido limite (cuidado com combustível!).

PEQUENAS DESPESAS

Atenção! Somente:

- **após** transitar pela conta bancária de campanha
- tudo amparado com **documentação comprobatória**
- emitida na **data da realização** da despesa
- candidatos a vice **não** podem constituir esse fundo

PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS ADVOGADO - CONTADOR - ADMINISTRADOR FINANCEIRO

“Os gastos advocatícios e de contabilidade referentes a consultoria, assessoria, honorários advocatícios e de contabilidade relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidato ou partido político, não estão sujeitas a limite de gastos ou a limites que possam impor dificuldade ao exercício da ampla defesa.”

(Lei 9504/97 art 18-A, parágrafo único)

- Essas despesas ocorridas no curso da campanha, são consideradas gastos eleitorais, poderão ser pagas com recursos da campanha, do candidato, do Fundo Partidário ou do FEFC, informadas no SPCE, porém **excluídas** do limite de gastos de campanha. (Lei nº 9.504/97, art. 26, § 4º)

-O pagamento realizado por pessoa física, partidos ou candidatos **não configura doação estimável**. (art. 23 § 10 Lei 9504/97)

PROCURAÇÃO DO ADVOGADO

- Prestação de contas sem a regular constituição do advogado poderão ser julgadas como não prestadas, por ausência de capacidade postulatória.

- O candidato deve ser intimado especificamente para sanar essa irregularidade.

Obs: não podem ser julgadas como não prestadas de plano, sem haver diligências para a regularização.

ATENÇÃO!!!

Não confunda contas eleitorais com contas partidárias!

- ✓ Nas contas partidárias não é permitido que terceiros arquem com essas despesas, sem contabilização, como nas eleitorais.
- ✓ Contador e advogado devem ser **pagos pelo partido político**.
- ✓ Podem utilizar, **inclusive**, recursos do Fundo Partidário.
- ✓ Essas despesas devem ser contabilizadas com robusta **documentação comprobatória**, nota fiscal, contratos, relatórios que comprovem a efetiva prestação do serviço.
- ✓ Se uma direção arcar com os custos desses profissionais para outra direção, é doação estimável, e **deve ser registrada** nas contas das direções envolvidas.

O PROFISSIONAL HABILITADO EM CONTABILIDADE DEVE:

- acompanhar as **receitas e despesas**
- **desde o início da campanha**
- realizando os **registros** contábeis pertinentes
- **auxiliando** candidatos e partidos na elaboração da prestação de contas
- observando **legislação eleitoral** e **normas CFC**
- responde **solidariamente** pelas informações financeiras e contábeis
(Lei 9613/98 e Res. CFC 1530/2017)

**SE O PROFISSIONAL FOR ATUAR NAS DILIGÊNCIAS, TEM QUE TER 2 CONTRATOS:
UM PARA O PERÍODO ELEITORAL E OUTRO PARA O PERÍODO PÓS-ELEIÇÃO,
NO QUAL CHEGAM AS DILIGÊNCIAS.**

PARA EVITAR PROBLEMAS: DESPESA DE CAMPANHA É SOMENTE ATÉ AS ELEIÇÕES.

ADMINISTRADOR FINANCEIRO

- candidato pode administrar financeiramente sua campanha, ou se quiser, pode designar um **administrador financeiro**.
- candidato **não** pode alegar ignorância sobre as irregularidades detectadas em suas contas apresentadas.
- o administrador financeiro **responde solidariamente** pelas informações prestadas.

CONTAS PARCIAIS

CONTAS PARCIAIS

- ✓ de 9 a 13 de setembro - exclusivamente por meio do **SPCE**
- ✓ **todos** os candidatos e partidos políticos
- ✓ deverão prestar contas parciais de **toda** a movimentação da campanha ocorrida até dia 8 de setembro
- ✓ SPCE integrado ao PJE - autuação - juntada procuração*
- ✓ o TSE divulgará, em 15/09, todas as informações no DivulgaCandContas

**OBRIGATÓRIO - MESMO QUE NÃO TENHAM ARRECADADO
OU REALIZADO GASTOS DE CAMPANHA!**

ATENÇÃO!!

- A ausência de prestação de contas parcial caracteriza **grave omissão** de informação, que poderá levar à **desaprovação** das contas finais.

Importante! A prestação de contas parcial que não corresponda à efetiva movimentação de recursos ocorrida até a data da entrega, caracteriza **infração grave**, a ser apurada no exame final, salvo justificativa acolhida pela Justiça Eleitoral.

Obs: Após o prazo, serão aceitas **apenas** retificadoras (!).

SOBRAS DE CAMPANHA

SOBRAS DE CAMPANHA

- **bens e materiais permanentes** adquiridos ou recebidos em doação pelos candidatos, que restaram ao final da campanha;
- **diferença positiva entre receitas/despesas** das contas Doações para a Campanha e Fundo Partidário
- **créditos não utilizados no Facebook**, em impulsionamento contratado por candidatos

SOBRAS DE CAMPANHA

Os candidatos deverão transferir as sobras financeiras de campanha para a conta bancária **“outros recursos”** do órgão partidário da circunscrição do pleito, de acordo com a filiação do candidato.

Se a direção não tiver essa conta aberta, as sobras terão de ser transferidas **para a direção nacional**.

As sobras financeiras de recursos do **Fundo Partidário** deverão ser restituídas ao partido na conta bancária **do Fundo Partidário**.

FEFC NÃO UTILIZADO

Recursos não utilizados do FEFC não são consideradas sobras de campanha, não devem ser transferidos ao partido **mas, sim, deverão ser transferidos ao Tesouro Nacional.**

O que não for utilizado, tanto por candidatos quanto pelos partidos, tem de ser recolhido ao Tesouro.

Bens adquiridos com recursos do FEFC **devem ser vendidos até a data das eleições, ao valor de mercado** e o valor também deve ser recolhido ao Tesouro Nacional.

DÍVIDAS DE CAMPANHA

DÍVIDAS DE CAMPANHA

Se o candidato finalizar a campanha com dívidas e não conseguir pagar até o dia da eleição, pode arrecadar até o **dia da entrega da prestação de contas.**

Se **não** conseguir quitar tudo até esta data, a direção **nacional** decide se assume a dívida ou não.

DÍVIDAS DE CAMPANHA

- **poderão** ser assumidas pelo partido
 - por decisão do órgão **nacional**
 - com **cronograma** para pagamento e quitação **até** a data da prestação de contas **subsequente** para o mesmo cargo
 - com **origem, valor e anuência** expressa dos credores
 - indicação da **fonte** dos recursos que quitarão o débito
 - o partido passa a responder **solidariamente** com o candidato
- => =>

DÍVIDAS DE CAMPANHA

Os **valores arrecadados** para quitação dos débitos de campanha devem:

- **transitar** pela conta “**Doações para Campanha**” do partido
- respeitar os **limites** de doações
- respeitar as **fontes lícitas** de arrecadação

Obs: os valores deverão constar das prestações de contas **anuais** dos partidos, **até** a integral **quitação** dos débitos.

PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL

PRAZOS

Regra:

30 dias após o 1º turno

20 dias após o 2º turno

2022:

1ª de novembro

19 de novembro

QUEM DEVE PRESTAR CONTAS ELEITORAIS?

- Os candidatos que requererem o registro de candidatura: deferidos, indeferidos, desistentes (renúncia), substituídos, substitutos, cassados, falecidos (por meio do partido ou administrador financeiro).
- Os candidatos que tiverem o registro cancelado, não conhecido ou inapto estão **desobrigados** de prestar contas!

COMO APRESENTAR A PRESTAÇÃO DE CONTAS?

PROTOCOLO

A prestação de contas eleitoral será encaminhada pela **internet, via SPCE, já integrado ao PJE.**

É composta por:

- relatórios emitidos pelo sistema
- documentos digitalizados*, relativos aos lançamentos da prestação, inseridos no SPCE (***formato: .pdf - OCR - máx 10Mb**)
- mídia gerada no SPCE, contendo os arquivos digitalizados acima mencionados, entregue à Justiça Eleitoral. (**Importante**)

Importante!! Apenas **após a certificação** do número de controle é que será gerado o recibo de entrega.

ANÁLISE - DILIGÊNCIAS

- ❖ No momento das análises e dos esclarecimentos, é muito importante que o analista das contas prepare diligências que sejam **objetivas quanto ao que está sendo solicitado**, para facilitar a compreensão e, conseqüentemente, o seu devido cumprimento.
- ❖ No atendimento às referidas diligências é importante que as **responda com atenção e clareza, providenciando documentação comprobatória** do que for alegado, a fim de esclarecer e sanar todas as ocorrências verificadas.
- ❖ É importante que o prestador de contas seja cuidadoso com todos os itens da diligência, atentando para os prazos. (3 dias corridos)

JULGAMENTO

- **aprovação**, quando estiverem regulares;
- **aprovação com ressalvas**, quando as irregularidades não comprometerem as contas (podendo haver determinação de recolhimentos do que for considerado irregular)
- **desaprovação**, quando as falhas comprometerem a regularidade das contas;
- **não prestação**, quando: =>

➤ **não prestação¹, quando:**

- as contas não forem apresentadas dentro dos prazos,
- não forem apresentados os documentos solicitados, inclusive a mídia,
- não forem atendidas as diligências, impedindo a análise da movimentação declarada,
- não forem reapresentadas as contas, por problemas na numeração do extrato das contas.

1) Após 3 dias do prazo fatal, intimação da Justiça Eleitoral para omissos prestarem contas em 3 dias. (!)

OMISSÃO DO CANDIDATO

Atenção! Contas eleitorais apresentadas após serem julgadas como “**não prestadas**”, não serão objeto de novo julgamento.

O candidato fica impedido de obter **certidão de quitação eleitoral** até o final da legislatura.

Obs.: Os efeitos perduram **até** que as contas sejam apresentadas.

(Res TSE 23.646/21-formulário para apresentação de contas eleitorais pretéritas, julgadas não prestadas por candidatos e partidos.)

CONTAS ELEITORAIS DO PARTIDO JULGADAS NÃO PRESTADAS:

O Partido:

- perderá o direito ao **Fundo Partidário e ao FEFC**
- suspensão do registro ou anotação do órgão partidário, após decisão, com trânsito em julgado, precedida de processo regular que assegure ampla defesa. (normatizado na Resolução TSE 23.662/21)

DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS DOS CANDIDATOS

O Ministério Público Eleitoral que poderá promover:

- ✓ **recurso contra a expedição do diploma**
- ✓ **ação de impugnação do mandato eletivo**
- ✓ **ação de investigação judicial eleitoral por uso indevido, desvio ou abuso de poder econômico e/ou poder de autoridade**

DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS ELEITORAIS DO PARTIDO

- perderá o direito ao **Fundo Partidário** do ano seguinte ao trânsito em julgado* ou terá desconto no repasse das cotas no valor da quantia irregular (a punição fica suspensa no 2º semestre do ano eleitoral)
- os candidatos **beneficiados** podem responder por **abuso** do poder econômico e outras **sanções** cabíveis.
- a responsabilidade civil e a criminal recaem somente sobre os dirigentes partidários responsáveis pelo partido à época dos fatos, e devem ser apurados em processos específicos, a serem instaurados nos foros competentes.
- sanção não pode ser aplicada se a prestação de contas não for julgada após **5 anos** da apresentação

* de forma proporcional e razoável, pelo período de 1 a 12 meses

**CURSO
CONCLUÍDO
COM
SUCESSO!!!**

Excelentes Eleições a todos e a todas!!!

Excelentes prestações de
contas e excelentes
análises!!!

Professora Rita Gonçalves

Inscreva-se no canal do Youtube: “Rita Gonçalves”
mais de 550 vídeos
muito conteúdo
totalmente gratuito

Facebook: Professora Rita Gonçalves
Instagram: @professoraritagon
contato@professorarita.com.br
WhatsApp: 11 99418-1386